
O Magistrado e o Poder Judiciário



AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros
IUPERJ - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro



AMB

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS

Entidade de utilidade Pública (Lei Federal 1371 de 4-5-1951)

Ofício Circular

REF.: "DIAGNÓSTICO DA JUSTIÇA"

Florianópolis, 15 de março de 1995

Caríssimo Presidente:

Com o presente, estamos fazendo chegar às suas mãos o segundo módulo da pesquisa realizada pela nossa AMB, com a cooperação técnica do IUPERJ, relativo ao "DIAGNÓSTICO DA JUSTIÇA — UMA AUTO-ANÁLISE PARA MELHOR SERVIR", dando seguimento à deliberação do Conselho de Representantes acerca da importante matéria, o que é do conhecimento de todos os magistrados.

O material em anexo cuida do levantamento da estrutura e da dinâmica do Poder Judiciário, em escala nacional e em todos os seus setores, para o conhecimento da realidade da Justiça e das nossas carências.

O colega deliberará a forma de coligir os dados junto ao seu Tribunal para o preenchimento de nossa planilha, indispensável ao retrato mais fiel possível da nossa realidade.

Destacando, ainda uma vez, o papel relevante que cabe às associações estaduais e setoriais para o êxito do nosso projeto de pesquisa e pedindo a motivação dos colegas para pronta resposta aos questionários que lhes forem encaminhados, aproveitamos o ensejo para enviar-lhe fraterno e cordial abraço.

PAULO BENJAMIM FRAGOSO GALLOTTI

Presidente

THIAGO RIBAS FILHO

Coordenador do Projeto

A pesquisa **O Magistrado e o Poder Judiciário**, realizada no âmbito do convênio firmado entre a Associação dos Magistrados Brasileiros — AMB e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro — IUPERJ, inicia, agora, a sua segunda etapa. Para isto, estarão sendo coletados os números relativos ao movimento dos diferentes Tribunais durante os anos de 1992, 1993 e 1994, bem como algumas informações referentes às suas respectivas estruturas até a data de 31 de março de 1995.

Ao enviarmos esse material, procuramos apenas oferecer modelos para a organização dos dados disponíveis, na hipótese de eles não se encontrarem informatizados. Nesse sentido, tais modelos não devem ser entendidos restritivamente — os números relativos aos anos mencionados poderão ser enviados imediatamente, na forma em que se acharem organizados, sem a exclusão de outras informações que, não tendo sido explicitamente solicitadas, participem das estatísticas já prontas.

As planilhas que compõem esse caderno referem-se à Justiça do Trabalho. Solicitamos que sejam especificadas, quer no preenchimento da planilha, quer nas listagens computadorizadas, a região de onde provêm as informações, bem como a fonte junto a qual os dados foram obtidos. Ressaltamos a extrema relevância de os dados serem — sempre que possível — desagregados por Juntas de Conciliação e Julgamento, especificando-se, ainda, a base territorial compreendida em cada Junta (o número total e os nomes dos municípios incluídos), a fim de que se obtenha uma análise mais precisa do funcionamento do Poder Judiciário e um mapeamento da distribuição da Justiça, segundo a divisão política vigente.

O presente caderno contém 3 (três) quadros básicos. São eles:

QUADRO I - Justiça do Trabalho de Primeiro Grau

QUADRO II - Tribunal Regional do Trabalho

QUADRO III - Estrutura da Justiça do Trabalho (Dados agregados por região)

Sua colaboração é inestimável nessa etapa do diagnóstico do Poder Judiciário no Brasil.

Não se preocupe em preencher essa planilha se os dados estiverem informatizados. Nesse caso, envie-nos o material disponível.

Quadro II
Tribunal Regional do Trabalho
Região:
Ano: 1992

Feitos Distribuídos							
Recursos Recebidos			Competência Originária				
Agravo de Instrumento	Ordinário	Agravo de Petição	Dissídio Coletivo	Ação Rescisória	Mandado de Segurança	Outros	Agravo Regimental

Feitos Julgados							
Recursos Recebidos			Competência Originária				
Agravo de Instrumento	Ordinário	Agravo de Petição	Dissídio Coletivo	Ação Rescisória	Mandado de Segurança	Outros	Agravo Regimental

Recursos Interpostos	
Recursos Ordinários	Recursos de Revista
	Agravo de Instrumento

FONTE:

Quadro II
Tribunal Regional do Trabalho

Região:

Ano: 1993

Feitos Distribuídos							
Recursos Recebidos			Competência Originária				
Agravo de Instrumento	Ordinário	Agravo de Petição	Dissídio Coletivo	Ação Rescisória	Mandado de Segurança	Outros	Agravo Regimental

Feitos Julgados							
Recursos Recebidos			Competência Originária				
Agravo de Instrumento	Ordinário	Agravo de Petição	Dissídio Coletivo	Ação Rescisória	Mandado de Segurança	Outros	Agravo Regimental

Recursos Interpostos	
Recursos Ordinários	Recursos de Revista
	Agravo de Instrumento

FONTE:

Quadro II
Tribunal Regional do Trabalho

Região:

Ano: 1994

Feitos Distribuídos							
Recursos Recebidos			Competência Originária				
Agravo de Instrumento	Ordinário	Agravo de Petição	Dissídio Coletivo	Ação Rescisória	Mandado de Segurança	Outros	Agravo Regimental

Feitos Julgados							
Recursos Recebidos			Competência Originária				
Agravo de Instrumento	Ordinário	Agravo de Petição	Dissídio Coletivo	Ação Rescisória	Mandado de Segurança	Outros	Agravo Regimental

Recursos Interpostos	
Recursos Ordinários	Agravo de Instrumento

FONTE:

Quadro III
 Estrutura da Justiça do Trabalho - DADOS AGREGADOS POR REGIÃO
 Seção Judiciária:
 Números Totalizados em 31 mar. 1995

1) Ano de instalação do TRT:	Prédio próprio? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
2) Número de Juntas: Número de Juntas criadas por lei, ainda não instaladas: Número de Juntas que funcionam em prédio próprio:	
3) Número de juízes togados em atividade: Número de cargos criados por lei, ainda não providos:	
4) Número de juízes classistas titulares: Número de juízes classistas suplentes:	
5) Número de juízes togados aposentados: Número de juízes classistas aposentados (após 1981):	
6) Número de servidores do quadro permanente do Poder Judiciário: Número de servidores requisitados de outros Poderes ou em situação assemelhada: Número de servidores cedidos a outros Poderes:	
7) Número de servidores do quadro permanente em atividade comissionada: Número de servidores não pertencentes ao quadro permanente em atividade comissionada:	
8) Número de juízes vitalícios processados administrativamente: Número de juízes vitalícios processados penalmente: Número de juízes não-vitalícios processados administrativamente: Número de juízes não-vitalícios processados penalmente:	
9) Número de servidores processados administrativamente: Número de servidores processados penalmente:	
10) Quanto ao estágio em que se encontra a informatização dos serviços judiciários na Região, as informações sobre o andamento dos processos encontram-se disponíveis, podendo ser acessadas pelas partes? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em caso afirmativo, nas Juntas <input type="checkbox"/> no Tribunal <input type="checkbox"/> em ambos <input type="checkbox"/>	

FONTE: